



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0007822-55.2004.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Locação de Imóvel**
 Requerente: **Antonia Isabel de Lima Dalsasso**
 Requerido: **Gervasio Dalsasso**

Justiça Gratuita

DECISÃO

Processo Físico nº: **0007822-55.2004.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Locação de Imóvel**
 Requerente: **Antonia Isabel de Lima Dalsasso**
 Requerido: **Gervasio Dalsasso**

Proc. 1470/04

4a. Vara Cível

Vistos, etc.

Pela a sentença de fls. 108/112, esta ação foi julgada procedente, para condenar o suplicado a pagar à autora, aluguel pela ocupação da parte ideal desta, no imóvel aludido na inicial, do qual ambos são proprietários.

Foi determinado, na ocasião, que o valor do aluguel seria apurado em sede de liquidação por arbitramento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Outrossim, quando fixado o valor do aluguel, o aluguel recebido pela suplicante, por conta da locação da edícula deveria ser abatido do valor a ser fixado.

Interposto recurso de apelação, o Egrégio Tribunal de Justiça, a fls. 148/151, lhe deu parcial provimento tão somente para determinar que as despesas do imóvel deveriam ser partilhadas entre as partes.

Baixados os autos, a fls. 156 foi nomeado perito para avaliação do imóvel e o laudo pericial foi juntado a fls. 172/202.

Intimadas as partes a se manifestarem sobre o laudo; a exequente, a fls. 209, concordou com o laudo e pugnou pela intimação do executado, para pagamento da importância de R\$ 48.964,60, que corresponde à soma dos alugueres devidos.

O executado ficou-se inerte.

É a síntese do necessário.

DECIDO E DETERMINO.

Considerando que, conferida oportunidade para manifestação, o requerido ficou-se inerte, o acolhimento do laudo de fls. 172/202, é de rigor.

Não pode passar sem observação que o raciocínio expendido pelo perito judicial é irrecusável, não havendo o que se acrescentar ao teor do laudo, elaborado aliás, em exata consonância ao que foi determinado no título executivo judicial.

Isto posto, e decidindo esta liquidação processada por arbitramento, observo, fundamentado no art. 475-D, parág. único do CPC, que a realização de audiência de instrução e julgamento não se faz necessária.

De fato, a matéria objeto da liquidação é de ordem



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

eminentemente técnica.

Destarte, o acolhimento e a homologação do laudo pericial inserido a fls. 172/202, é de rigor.

Homologo, pois, para que produza seus efeitos legais, o laudo pericial.

Em consequência, declaro líquida a favor da autora, diferença mensal, a título de aluguel, do valor de R\$ 225,28, a partir de fevereiro de 2005, mês da citação para a ação de conhecimento.

Os atrasados deverão ser corrigidos e acrescidos de juros de mora, mês a mês a partir de fevereiro de 2005, quando dos respectivos vencimentos.

Passada esta em julgado, requeira a exequente o que entender de Direito, para início da execução, que poderá ser a ratificação da pretensão deduzida a fls. 209.

P. R. I. C.

SÃO CARLOS, 04 de junho de 2014.

THEMÍSTOCLES BARBOSA FERREIRA NETO
JUIZ DE DIREITO

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**